

AVISO DE PRIVACIDADE

Prezado Cidadão, este Aviso de Privacidade foi elaborado com linguagem simples e acessível para demonstrar, de forma transparente, como a AGEMS trata e protege dados pessoais em suas atividades de atendimento, regulação e fiscalização. O tratamento de dados pessoais observa a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a legislação aplicável ao Poder Público e as normas internas da Agência.

Quem somos (Lei Estadual nº 2.363/2001)

A Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul – AGEMS é uma autarquia responsável por regular e fiscalizar os serviços públicos delegados no Estado de Mato Grosso do Sul, no âmbito de suas competências legais, especialmente nos setores de transporte intermunicipal, saneamento básico, rodovias, energia elétrica e gás canalizado.

Controlador: Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul

Quais dados pessoais tratamos (Art. 5º, I, arts. 6º e 23 da LGPD)

A AGEMS poderá tratar, conforme a finalidade e a atividade realizada, as seguintes categorias de dados pessoais:

- dados de identificação e cadastrais, como nome, CPF e outros dados necessários à identificação;
- dados de contato, como telefone, endereço e e-mail;
- dados relacionados às solicitações, reclamações, denúncias, manifestações e processos administrativos;
- dados necessários à fiscalização e à regulação dos serviços públicos;
- dados funcionais ou profissionais, quando necessários ao cumprimento das competências institucionais;
- dados financeiros ou patrimoniais, quando necessários e pertinentes à finalidade do tratamento;
- dados de navegação e registros de acesso aos canais digitais, quando aplicável;
- dados pessoais sensíveis, excepcionalmente, quando seu tratamento for necessário e estiver amparado em hipótese legal específica.

A AGEMS observa o princípio da necessidade, tratando apenas os dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades informadas.

Para que tratamos seus dados pessoais (Arts. 6º, I, II e III, e 23 da LGPD)

A AGEMS trata dados pessoais para o cumprimento de suas competências legais e para a realização de suas atividades de interesse público, observando finalidades específicas, legítimas e informadas ao titular.

- Atender solicitações, reclamações, denúncias, pedidos de informação e outras manifestações;
- Realizar atividades de regulação, fiscalização, acompanhamento e controle dos serviços públicos sob competência da AGEMS;
- Instaurar, instruir e acompanhar processos administrativos;
- Proteger os direitos dos usuários dos serviços públicos;
- Realizar consultas, audiências públicas e outras formas de participação social;

- Cumprir obrigações legais ou regulatórias e atender determinações de órgãos de controle, autoridades competentes ou decisões judiciais;
- Executar políticas públicas relacionadas às competências legais da Agência;
- Gerir os canais, sistemas e serviços digitais disponibilizados pela AGEMS;
- Prevenir, detectar e tratar incidentes de segurança da informação;
- Realizar outras atividades necessárias ao cumprimento das competências legais e ao funcionamento institucional da AGEMS.

Bases legais (Arts. 7º, 11 e 23 da LGPD)

A AGEMS não utiliza uma única base legal para todas as operações de tratamento. A hipótese legal é definida de acordo com a finalidade, a natureza da atividade e as circunstâncias de cada tratamento.

- Cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador (art. 7º, II, e, quando aplicável, art. 11, II, da LGPD);
- Execução de políticas públicas pela Administração Pública, quando previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em instrumentos jurídicos pertinentes (art. 7º, III, e, quando aplicável, art. 11, II, da LGPD);
- Exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral (art. 7º, VI, e art. 11, II, “d”, da LGPD, quando aplicável);
- Execução de contrato ou de procedimentos preliminares relacionados a contrato, quando essa hipótese for efetivamente aplicável à situação concreta (art. 7º, V, da LGPD);
- Outras hipóteses previstas nos arts. 7º e 11 da LGPD, quando presentes os respectivos requisitos legais.

Quando houver tratamento de dados pessoais sensíveis, a AGEMS observará as hipóteses específicas do art. 11 da LGPD. O consentimento, quando aplicável, será utilizado somente nas situações em que houver fundamento jurídico adequado para essa hipótese.

Como obtemos seus dados pessoais (Arts. 6º, VI, e 23 da LGPD)

Os dados pessoais podem ser obtidos diretamente do titular ou de seu representante, bem como por meio de órgãos e entidades públicas, entidades reguladas, prestadores de serviços, sistemas corporativos, processos administrativos, fontes públicas e outros meios legítimos relacionados às competências da AGEMS.

Quando os dados forem obtidos de terceiros ou compartilhados por outros agentes, a AGEMS observará a finalidade, a necessidade, a adequação, a segurança e os demais princípios da LGPD.

Compartilhamento de dados pessoais (Arts. 26 e 27 da LGPD)

A AGEMS poderá compartilhar dados pessoais com órgãos e entidades públicas ou privadas quando o compartilhamento for necessário para o cumprimento de suas competências, obrigações legais, execução de políticas públicas, exercício regular de direitos ou atendimento de determinações de autoridades competentes, sempre observados os princípios e requisitos da LGPD.

- Órgãos e entidades da Administração Pública;
- Órgãos de controle, fiscalização e auditoria;
- Poder Judiciário e Ministério Público, quando legalmente cabível;

- Entidades reguladas e demais participantes dos processos administrativos, quando necessário e pertinente;
- Operadores e prestadores de serviços que tratem dados pessoais em nome da AGEMS, conforme as respectivas atribuições e instrumentos jurídicos;
- Outras pessoas ou instituições quando houver fundamento legal específico para o compartilhamento.

O compartilhamento será realizado de forma compatível com a finalidade do tratamento e observará, quando aplicável, a formalização, o registro e as medidas de segurança previstas na legislação e nas normas internas da AGEMS.

Armazenamento e retenção (Arts. 15 e 16 da LGPD)

Os dados pessoais são armazenados em ambientes e sistemas utilizados pela AGEMS e, quando aplicável, em infraestrutura tecnológica da Administração Pública Estadual, observadas as medidas técnicas e administrativas de segurança.

Os dados serão mantidos pelo período necessário ao cumprimento das finalidades do tratamento e dos prazos estabelecidos na legislação aplicável, especialmente nas tabelas de temporalidade e nas normas de gestão documental. Após o término do tratamento, os dados poderão ser eliminados, ressalvadas as hipóteses legais de conservação previstas no art. 16 da LGPD.

Medidas de segurança (Art. 46 da LGPD)

A AGEMS adota medidas técnicas e administrativas de segurança destinadas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão, considerando a natureza dos dados, as finalidades do tratamento e os riscos envolvidos.

As medidas de segurança são aplicadas de acordo com as políticas, normas e procedimentos internos de segurança da informação e proteção de dados pessoais.

Tratamento de dados de crianças e adolescentes (Art. 14 da LGPD)

Quando houver tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes, a AGEMS observará as disposições específicas da LGPD e da legislação aplicável, considerando, em especial, o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente.

Cookies e dados de navegação (Arts. 6º, I, III e VII, e 46 da LGPD)

Quando os canais digitais da AGEMS utilizarem cookies, registros de acesso ou tecnologias semelhantes, essas informações poderão ser tratadas para funcionamento, segurança, melhoria dos serviços, geração de estatísticas e outras finalidades legítimas informadas ao titular.

As informações específicas sobre cookies e tecnologias de rastreamento, quando utilizadas, serão disponibilizadas em seção ou aviso próprio, conforme aplicável.

Direitos do titular (Arts. 17 e 18 da LGPD)

Você é o titular dos seus dados pessoais e possui os direitos previstos na LGPD, observadas as condições e limitações estabelecidas na legislação.

- Confirmação da existência de tratamento;
- Acesso aos dados pessoais;
- Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a LGPD, quando cabível;
- Informação sobre as entidades públicas e privadas com as quais seus dados pessoais foram compartilhados, quando aplicável;
- Eliminação dos dados pessoais tratados com base no consentimento, quando aplicável e ressalvadas as hipóteses legais de conservação;
- Revogação do consentimento, quando o tratamento estiver baseado nessa hipótese;
- Oposição ao tratamento, quando cabível nos termos da LGPD;
- Revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais, quando aplicável.

O exercício dos direitos é gratuito e será analisado pela AGEMS de acordo com a LGPD e a legislação aplicável ao Poder Público.

Como exercer seus direitos

Para exercer seus direitos ou solicitar informações relacionadas ao tratamento de seus dados pessoais pela AGEMS, utilize a [Plataforma Fala.BR](https://falabr.cgu.gov.br/v2/), disponível em: <https://falabr.cgu.gov.br/v2/>

A solicitação será analisada pela AGEMS e, quando não for possível o atendimento imediato, o titular será informado quanto às providências e aos prazos aplicáveis.

Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (Art. 41 da LGPD)

O Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais da AGEMS atua como canal de comunicação entre a Agência, os titulares dos dados pessoais e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, nos termos da LGPD.

Encarregada: Analupe Urbietta – Encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais – DPO AGEMS.

Canal de contato: por meio da Plataforma Fala.BR, conforme canal institucional disponibilizado pela AGEMS para o exercício dos direitos dos titulares.

Este Aviso de Privacidade é dinâmico e poderá ser atualizado periodicamente para refletir alterações legislativas, regulamentares, orientações da ANPD e melhorias nos processos de governança, segurança e proteção de dados pessoais.

A versão mais recente estará disponível nos canais oficiais da AGEMS.